

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCAÇÃO

VALOR DE REFERÊNCIA: Pesquisa de mercado

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: Contratação de empresa para fornecimento de sistemas informatizados de gestão pública, incluindo módulos para folha de pagamento, tributos, contabilidade, EFD–Reinf, licitações, controle de combustíveis e farmácia, com integração aos órgãos de controle e atendimento à legislação vigente.

2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

- 2.1. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
- 2.2. Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:
- 2.2.1. Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.
- 2.3.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.
- 2.4.Mês que serviu de base para elaboração da pesquisa de mercado: Julho de 2025.

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE | P.UNITÁRIO | P. TOTAL |
|--------|--|---------|------------|------------------------|----------------------|
| | DESCRIÇÃO DO ITEM Folha de pagamento— setor pessoal integrada ao portal do servidor; O sistema de gestão de pessoal deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades: Possuir um cadastro único e completo de funcionários (efetivos, comissionados, contratados e outros); Controle de ponto eletrônico por meio de integração com sistemas de gestão de ponto; Gestão de frequência, férias, licenças e afastamentos; Folha de pagamento e geração de encargos (INSS, FGTS, IRRF, etc); Integração com e—Social e sistemas do TCE e/ou TCU; Emissão de contracheques, informes de rendimentos e demais relatórios; Acompanhamento de progressões e promoções; Portal do servidor com acesso individualizado (com possibilidade de emissão de contracheque, fícha financeira e informe de rendimentos); Possibilidade de hospedagem/acesso em nuvem ou na infraestrutura do cliente; Acesso com autenticação segura; Backup e proteção de dados; Deve possuir gestão de nível de acesso de funcionários; Ter consultas e relatórios parametrizáveis pelo usuário; Possuir rotina automática que registre em um log, todas as operações, de inclusão, alteração e exclusão de registros, realizadas pelos usuários do sistema, documentando o conteúdo anterior, conteúdo atual, o usuário responsável pela operação, a data e a hora da operação; Possuir um cadastro de grupos de usuários, permitindo definir os perfis de acesso ao sistema para cada grupo de usuários; Controlar o número de tentativas de acesso ao sistema possibilitando o bloqueio de operadores ao esgotar tentativas; Permitir o controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal ou na rescisão e permitir integração com sistemas de gestão de consignados de terceiros; Propiciar o lançamento de históricos do tempo de serviço anterior, permitindo averbar esses períodos anteriores como: Tempo para a aquisição de quinquênio; Tempo para a aquisição de vagas máxima exigida para o cargo, informando ao usuário se for cadastrado algum funcionário que extrapo | Mês Mês | 12 | P.UNITÁRIO 2.300,00 | P. TOTAL 27.600,0 |

| holte mensat, Permittri considerar on ries com 30 (prints) dies foos, Independemente da qualitatide de dies resis. (2. 3. 0. 0. 31); Prosobilitar alimentação de saletenes governamentais, talis como: Prosobilitar gestas de controle de credide monario acomo seagulistes bancos: Banco Brail, Ilaú, Bradesco, CEF, Siered, BRIS, Sariander; Permitir formas de cidulos percentales, Possibilitar percentação com gras de como de compando de | | | | | | 10 |
|--|----------|--|-------|----------|----------|-----------|
| Possibilitar alimentação de sistemas governamentais, tais como: Marnad (Recella Federa), Siprey (Ministror da Previdência); Possibilitar gesão de controls de crédito ein conta com se seguinter Possibilitar gesão de controls de crédito ein conta com se seguinter de comparativo forma de calculo personaiscadas de acordo com regras solicitadas; Possuir relatório de comparativo mensal de folha de pagamento com indicator percentuar, Possibilitar interportação com North Possibilitar interportação en misse de contrelas de fabalitar de comparamento automaticação, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentos de rubricas a fin de automaticar o lançamento manua le individualização, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentos de rubricas a fin de automaticar o lançamento manua le individualização, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentos de rubricas a fin de automaticar o lançamento manua le individualização, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentar, Fessibilitar relatização de dealgamento em lote. Possibilitar interportação com ampresas de previdência complementar, Fessibilitar relatização de dealgamento em lote. Sistema de eletema de tributos interporta e sela fiscal eletino. Interportação de control de control de la control de la forma de la forma de la control de la forma | | folha mensal; Permitir considerar o mês com 30 (trinta) dias fixos, | | T | | |
| Possibilitar alimentação de sistemas governamentais, tais como: Marnad (Recella Federa), Siprey (Ministror da Previdência); Possibilitar gesão de controls de crédito ein conta com se seguinter Possibilitar gesão de controls de crédito ein conta com se seguinter de comparativo forma de calculo personaiscadas de acordo com regras solicitadas; Possuir relatório de comparativo mensal de folha de pagamento com indicator percentuar, Possibilitar interportação com North Possibilitar interportação en misse de contrelas de fabalitar de comparamento automaticação, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentos de rubricas a fin de automaticar o lançamento manua le individualização, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentos de rubricas a fin de automaticar o lançamento manua le individualização, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentos de rubricas a fin de automaticar o lançamento manua le individualização, Possibilitar interportação en tribe de dados de lançamentar, Fessibilitar relatização de dealgamento em lote. Possibilitar interportação com ampresas de previdência complementar, Fessibilitar relatização de dealgamento em lote. Sistema de eletema de tributos interporta e sela fiscal eletino. Interportação de control de control de la control de la forma de la forma de la control de la forma | | _ L | | | | |
| Manad (Receita Federal); Siprey (Ministèrio de Previdência); Possibilita gestão de controls de celétic en conta com os esquirites annos. Barno Brasil, Ital, Bradesco, CEF, Strod, RRS, Santander, son control de celétic de control de | | | | | | |
| Possibilitär geetät od acontrole die ordeille am conta com se sequintes bancos Banco Risall. Ikis Radeaco, CET, Stored, RRB, Saniander, Permitt formas de deludo parsonalizadas de acordo com regras de la companio del companio de la companio del companio de la co | | | | | | |
| bancos: Banco Branil, Itala, Badeleo, CEF, Stored, RRS, Sanfander, Permitir formas de cilculo personalizadas de acudido com regras botilitades, Possului relatório de comparativo mensal de folha de controlatos de traballo de portarias, Possibilitar integração com sistema de gestão contábilitar planta de postular de po | | | | 1 | | |
| Permitir formas de cálculo personalizadas de acordo com regras policitadas, Possuir inteliorio de comparativo mensal de folha de sapamento com inficiativo percentual; Possuir integração com destro porturales, Possuir integração com destro porturales, Possibilitar importação em bite de dado de lengamento de unidensa fina de unidensa de gualdo control plante emperhamento automatizado; Possibilitar importação em bite de dado de lengamento de unidensa fina de unidensa fina de unidensa de cardo de lengamento manual e individualizado; Possibilitar situatização automatizar o lengamento manual e individualizado; Possibilitar situatização automatizar o lengamento manual e individualizado; Possibilitar realização de designamento em ible. 2 sistema de selstema de tributo empresa de gestão de previdência complementar, Possibilitar realização de designamento em ible. 2 sistema de selstema de tributo em complemento de selectual de complementar, Possibilitar realização de designamento de divendo de cardo de c | ł | | | 1 | 1 | |
| colicitades, Possuir relatório de comparativo mensal de folha de pagamento com indestro percentus, Pessuir integração com Microsoft Wort para gereção em massa de contratos de trabativo em Microsoft Wort para gereção em massa de contratos de trabativo em Microsoft Wort para gereção em massa de contratos de trabativos em manamentos de nutricas as firm de automatizar o lançamento manual e infolvidualizados. Possibilara reluzição automatizado inceptado em de de dados de lançamentos de rutricas as firm de automatizar o lançamento manual en infolvidualizado; Possibilara reluzição de unidação automatizado de tabelas e indices tata como IRRF, INSS, Salário-Familia, etc. benedim de la comparatira, Frassibilar realização de designamento em lote. 2. Sistema do salatoma de tributos integração ao salatoma de notas fiscale sinhamento, o salatoma de notas fiscale sinhamento, o salatoma de notas fiscale sinhamento, de salavidas en contientes. Emissão de DAM (Courembo de Area de Contratoria), a comparativa de la comparativa de contratoria de salavidas en contientes. Emissão de DAM (Courembo de Areadação de Municipal) para qualquer receita. Disponibilização de diversos tipos de alavidas e contientes. Emissão de DAM (Courembo de Areadação de Municipal) para qualquer receita. Disponibilização de diversos para de la contratoria de guida de guida se para para de la contratoria de la contratoria de guida de guida para para de la contratoria de la contratoria de guida de guida para para de la contratoria de guida de guida para para de la contratoria de guida de guida para para de la contratoria de guida de la contratoria de guida de guida para para de la contratoria de guida de la contratoria de la contrato | | | | 1 | | |
| psgamento com indicativo percentual; Possulr integração com descende contratos de trabalho e portunas. Possibilitar integração com esterna de pestado contratos para de contratos de trabalho e portunas. Possibilitar integração com esterna de pestado contratos para de contratos de trabalho de contratos | | | | į | | |
| Microsoft Word para garação om massas de contratos de trabalho e portatas, Possibillar integração com sistem de gesido controlta) para emperimenento automatizado, Possibillar importação em tota de manual e individualizado, Possibillar importação em tota de manual e individualizado, Possibillar importação em tota de habelas e indices tais como (RRF, INSS, Saláno-Familia, etc.) 2 Sistema do sistema de introdes integrado ao destigamento em tota complementar, Possibillar realização de sempresas, Nota Possibillar valuação de destigamento em tota complementar de com | | | | į | | |
| portanias, Possibilitar integrigação com sistema de gestão contéctip para emperhamento advantação de Cossibilitar integrição com em tote de dados de languamento de núcleas a find de automatizar o languamento de dados de languamento de núcleas a find de automatizar o languamento de abeleas e indices tatis como IRRF. INSS, Satian-Familia, etc. Possibilitar integração com empresas de gestão de previdência pomplementar, Possibilitar relatização de selaguamento em tote. 2 Sistema de sistema de tributos integrado ao alstema de notas fiscais destributos, O alstema de gestão de tributos en cha fiscal eletrônica. Para de la complementar, possibilitar relatização de selaguamento em tote. 1 Till, Cadastro Mercanii, ISSON, Fiscalização de empresas, Nota Fiscal avuisa en on-line(Eletrônica). Gerenciamento de diversos tipos de alvaria e certifose. Emissão de DAM (Coumento de Arreadação de Marticipal) para qualquar receita; Disponibilização de diversos de la vida de certifose de cados de amperas e alvitúdetes confirme. CALE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de quias para: IPIU. Divida Aliva, Certidos web: Por maio de integração borante de la vida de confirmento de diversos de la vida de l | | Fig. 7 and a second of the sec | | } | | |
| empenhamento automatizado; Possibilitar importação em tote de dados de langamentos de unbreitas o linguamento manual e individualizado; Possibilitar abusitarção automatizado de babelas e indices tala como IRM*, INSS, Salário-Familia, etc. de babelas e indices tala como IRM*, INSS, Salário-Familia, etc. de babelas e indices tala como IRM*, INSS, Salário-Familia, etc. de babelas e indices tala como IRM*, INSS, Salário-Familia, etc. de como IRM*, INSS, Salário-Familia, Inss, Salário, IRM*, | | | | į | | |
| isados de lançamentos de rubricas a fim de automatizar o lançamento manual e individualizario, Possibilitar viaturizado de tabeles e indices tals como (RRF, INSS, Salário-Familla, etc.) 2 Sistema de sistema de ributos integrado ao sistema de previdência eletróricas, O sistema de gestão de trubricos e nota fisca de letróricas, O sistema de gestão de introlos e nota fisca eletróricas, O sistema de gestão de introlos e nota fisca eletróricas, O sistema de gestão de introlos e nota fisca eletróricas, O sistema de gestão de introlos e nota fisca eletróricas, O sistema de gestão de introlos e nota fisca eletróricas, O sistema de gestão de introlos en central de la compositio de verda contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e duricionalidades: controlos dos seguintes fieras. IPTJ, Dirida Altva, ITBJ, Cadastro Mercantil, ISSON, Fiscalização de empresas, Nota Fiscal Savados e co-fiscal destrotação, genomica e de ministrativos, Consulta direta à Receita Federia para obtenção de dados da empresa e abridadade conforme CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança automatizado. Emissão de guias para, IPTU, Divida Altva, Certidose de la compositio de guias de 1711, por e-mai linegração bacentes para destrorio de qualquer banco. Controlo de acesso de tautários por perit. Montoramento de stridade do sustino por meio de mordios de restorio banción de qualquer banco. Controlo de acesso de tautários por perit. Montoramento de stridade do sustino por meio de requivos de restorio banción de qualquer banco. Controlo de acesso de tautários por perit. Montoramento de stridade do sustino por meio de mordios de tautários por perit. Montoramento des stridades de sustino por meio de mordios de sustinos de requistros de nota de sustinos de reguistro de consulta de NTS-e. Emissão de noto com Rocordo de XML e PDF das notas fiscal de Servico Esterifica (SERS-E) conforme partirá nocional e municipal (AERAS). Geração e desponibilização de XML e PDF das notas fiscal de Servico de estrudização esta de consulta de AERAS de Consultado | 1 | portarias; Possibilitar integração com sistema de gestão contábil para | | | ' | ì |
| manual e Individualizacio, Possibilitar atualização automatizada de baleias e indices tais como IRRF, INSS, Salário—Familia, etc. Possibilitar integração com empresas de gestão de previdência complementar, Possibilitar realização de designamento em tota. 2 Sistema de sistema de tributos integrado ao sistema de notas fiscala devida contemplar, on mínimo, os seguintes reducias e funcionalidades: controle dos seguintes tens: IPTU, Divida Ativa, ITBL cadastro Mercanili, ISSON, Fiscalação de empresas, Nota Fiscala avulsa e on-line@letrônica, Gerenciamento de diversos tipos de alvarás e corticobes. Emissão de DAM (Coumento de Arrecadação Municipal) para qualquer recelte; Disponibilização de de diversos possibilitar de la completa de la contratação de desenda de la completa de la contratação de entre de la completa de la contratação de la contratação de la completa de la contribute. Envio facilitado de giuda de 17ti por e-mail integração bonativa por la contribute. Envio facilitado de giuda de 17ti por e-mail integração bonativa por porte de la contratação d | | empenhamento automatizado; Possibilitar importação em lote de | | | | |
| pabelas e índices tais como IRRF. INSS, Salario-Familia, etc. Possibilitar integrados com empresas de gestão de previdência complementar, Possibilitar realização de designamento em rote. Sistema de sialema de tributos integrados ao sistema de notes finacias diverda contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades: controle de os seguintes tenar. IPTU, Divida Ativa, TBI, Cadastro Mercantil, ISSON, Flicolização de empresas, Note Fiscal avultae a con-line Electrónica, Gerenciamento de diversos tipos de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão de DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão de DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão de para de la vidade so conforme CNAE e CNPJ formecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Ativa. Certidos webt. Por melo de integração com a portal do contriburios. Envio Baix automática dos recebimentos por meio de arquivos de reformo bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perifit Monitoramento de alvidade do usuário por moi de modulo de auditoria. Integração com software de Note Fiscal Eletónica (se-Note) Fiscal Eletónica), Sistema de notas fiscas eletónicas, Emissão de e municipal (ABRASF), Geração e disponibilização de a XIVIL e PDF das notas fiscals. Emissão de ante acomo ARC dos para acessos cireto à nota fiscal positiva e verificação de auteriticade e integração com sistema extennos, Autenticação septima via to fisca, chave de API ou certificados digital. Documentação Noticia com promiso de requisições e estrutor de dedos 3 Sistema contabilidade integrado ao potal de transparância – on astreabilidade, segurança da informação por contratado deverá eu runs belução tecnológica completa, integrada e modular, concebido para | | dados de lançamentos de rubricas a fim de automatizar o lançamento | | | | |
| pabelas e índices tais como IRRF. INSS, Salario-Familia, etc. Possibilitar integrados com empresas de gestão de previdência complementar, Possibilitar realização de designamento em rote. Sistema de sialema de tributos integrados ao sistema de notes finacias diverda contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades: controle de os seguintes tenar. IPTU, Divida Ativa, TBI, Cadastro Mercantil, ISSON, Flicolização de empresas, Note Fiscal avultae a con-line Electrónica, Gerenciamento de diversos tipos de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão de DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão de DAM (Documento de Arrecadação de alvarás a contidos. Emissão de para de la vidade so conforme CNAE e CNPJ formecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Ativa. Certidos webt. Por melo de integração com a portal do contriburios. Envio Baix automática dos recebimentos por meio de arquivos de reformo bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perifit Monitoramento de alvidade do usuário por moi de modulo de auditoria. Integração com software de Note Fiscal Eletónica (se-Note) Fiscal Eletónica), Sistema de notas fiscas eletónicas, Emissão de e municipal (ABRASF), Geração e disponibilização de a XIVIL e PDF das notas fiscals. Emissão de ante acomo ARC dos para acessos cireto à nota fiscal positiva e verificação de auteriticade e integração com sistema extennos, Autenticação septima via to fisca, chave de API ou certificados digital. Documentação Noticia com promiso de requisições e estrutor de dedos 3 Sistema contabilidade integrado ao potal de transparância – on astreabilidade, segurança da informação por contratado deverá eu runs belução tecnológica completa, integrada e modular, concebido para | | manual e individualizado: Possibilitar atualização automatizada de | | | | |
| Possibilitar integração com empresas de gastão de previdência compenentar, Possibilitar realização de destigamento em lote. 2 Sistema de sistema de tributos integrado ao sistema de notas fiscals istrónicas. O sistema de gastão de tributos e nota fiscals elétrônicas. O sistema de sistema de rotas fiscals severa contrempar. no mínimo os seguentes módulos de severa contrempar. no mínimo os seguentes módulos de la compensació de compensació de se propresa, Nota TRIS, Codastro Mercanil, ISSON, Fiscalização de empresas, Nota Fiscal avulas e on-line(Eletrônica). Gerenciamento de diversos tipos de alvarás e certificas. Emissão do AM (Cocumento de Arrecadação Municipal) para qualquer recelta; Disponibilização de diversos tipos de alvarás e certificas. Emissão de Nota Municipal (Para qualquer recelta; Disponibilização de diversos ristátorios permentas e administrativos. Constatá direta e Recelta Re | | | | | | l |
| Sistema de sistema de ributos integrado ao asistema de notas fiscalis lateriforicas, O stetama de gestão de tributos integrado ao asistema de notas fiscalis lateriforicas, O stetama de gestão de tributos e nota fiscal eletróricas deverá contemplar, no mínimo, os seguintes modulas e lurciomadidades: controle dos seguintes literas. IPTU, Divida Altva de Traballa de autos de contença e modulas e lurciomadidades: controle dos seguintes literas. IPTU, Divida Altva de Traballa de autos de no-line (Eletrórica), Gerenciamento de Arrecadação Municipal) para qualquer recelta; Disponibilização de civersos tipos de alvarás e certifidas. Emissão de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) para qualquer recelta; Disponibilização de civersos relatiforios gerenciais e administrativos; Consulta direta é Recelta Federal para obtenção de dados de ampresse a atividades conforme CINAE e CNP1 formecidos. Sistema de backup de segurança putromatizato, Emissão de guias para IPTU, Divida Altva Centidosa de Consulta de municipal (ABRASF), Cercaçõe e deponhibilização de XIAU, e PDF das notas fiscals e Entre Consulta de Consulta de Nota, Fiscal des Serviços Eletrónicas (Consulta de Consulta de Nota, Fiscal des Consulta de Nota, Fiscal des Consulta de Consulta de Nota, Fiscal des Consulta de Nota, Fiscal des Consulta de Nota, Fiscal des Consulta de Consulta | | | | } | | J |
| 2 Sistema de sistema de tributos integrado ao sistema de notas fiacasis letróricas. O sistema de gestão de tributos e nota fiscal eletróricas deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades: controle dos seguintes items; IPTU, Divida Ativa, ITBI, Cadastró Mercantil. ISGOM, Fiscalização de empresas, Nota de abvarás e certidose, Emissão do DAM (Documento de Armeradação Municipal) para qualquer receita; Disponibilização de chiveros relatórios gerencias e administrativos. Consulta diretta à Recetta Federal para otherção de dados da empresa e atividades conforme CNAE e oNPL forescidos. Sistema de backup de segurança automatizado. Emissão de guitas para; IPTU, Divida Ativa. Certidoses web: Por meio de integração com portad do confributive. Envido se para de la confribitação de confribitação de viva de para automatizado. Emissão de guita para; IPTU, Divida Ativa. Certidoses web: Por meio de integração com pagamento via códeção de barras que IPIX, Baix automátiza dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit Monitoramento de alvidade do sustário por meio de modulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrónica (e-Nota Fiscal Eletrónica) (Eletrónica), Sistema de notas fiscal eletrónica, Eletrónica (e-Nota Fiscal Eletrónica) (Eletrónica), Sistema de notas fiscal eletrónica, Eletrónica (e-Nota Fiscal Eletrónica) (Eletrónica), Sistema de notas fiscal eletrónica, Eletrónica (e-Nota Fiscal Eletrónica) (Eletrónica), Sistema de notas fiscal eletrónica, Eletrónica (e-Nota eletrónica) (Eletrónica), Eletrónica (e-Nota eletrónica), eletrónica (e | | | | | | |
| eletrónicas, O sistema de gestão de Iributos e nota fiscal eletrónica deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades: controle dos esquintes titene: IEPU, Divida Ativa, 1781, Cadastro Mercanil, ISSON, Fiscalização de empresas, Notal Fiscal avulsa o on-line (Eletrônica), Cerenciamento de diversos tipos de alvarás e cortificas. Emissão do DAM (Documento de Arrecadação de Jesus a para 1911, Divida Ativa, Cartifides a verial de Arrecadação de Arrecadação de Jesus a para 1911, Divida Ativa, Cartifides a verial de Arrecadação de Jesus a para 1911, Divida Ativa, Cartifides a verial de Arrecadação de Jesus a para 1911, Divida Ativa, Cartifides a verial de Arrecadação de Jesus a verial integração bandarão para 1912, de Arrecadação de Jesus a veriales de Arrecadação de Arrecadação de Arrecadação de Jesus a veriales de Arrecadação de Arrecadação de Arrecadação de Jesus a veriales de Arrecadação de | <u> </u> | | 162- | ļ | 4 000 00 | 04 600 00 |
| deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades: controle dos esquintes tenen: EPTU, Divida Ativa, ITSI, Cadastro Mercantill, ISSON, Flacalização de empresas, Nota Flaca vultas e on-linecificitórica). Genciamiento de Airecadação de CNAL Certificas generolas e administrativos. Consulta direita à Recelta Federal para obtenção de dados da empresa e atividades conforme CNAE e CNPI formecidos. Sistema de backup de segurança automatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Aliva. Certificas web: Por meio de integração com o portal do contributinis. Envid facilitado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via obdigo de barras ou PIX. Divida Airea de Airea | 4 | | ivies | '4 | 1.000,00 | 21.000,00 |
| funcionalidades: controle dos seguintes lenzi: EPTU, Divida Altvs, TTBL, Cadastro Mercanil, ISSON, Fiscalização de empresas, Nota Fiscal avulsa e on-line(Eletrônica), Gerenciamento de diversos tipos de alvarsa e certidose. Emissão de DAM (Documento de Arreadação Municipal) para qualquer recuta; Disponibilização de diversos relatórios gerenciales e ediministrativos, Consula direita à Receita ENERGIA de CAPI fornacidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guisa para; IPTU, Divida Altva, Cartildose web; Por melo de integração com o portal do contribuinte. Envio facilitado de guisa de le IPTU por e-mal. Integração bancária para; Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX, Balxa automática dos recebimentos por melo de arquivos de retorno pantido de qualquer banco. Controle de sacesso de usuários por partir Monitornamico de atividade de usuador por meio de arquivos de retorno pantido de qualquer banco. Controle de sacesso de usuários por partir Monitornamico de atividade de usuador por meio de monitor de minimo de atividade de usuador por meio de arquivos de retorno partir Monitornamico Deletiónica (NES-Po-) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de IRM, por PDF das notas fiscals. Emissão de notas como CR Code para accesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de IRM público de consulta ta NTS-e, permitino de avertilicação de irit integridade da nota. Puncionalidade de cancelamento, substituição e carta de porreção de NTS-e. Emissão de Notas veria evalentica, para plante de API ou certificação de direita de la cancelamento, automática de la companidade de la direita de la cancelamento, automática de la cancelamento, automática de la cancelamento de la cancelamento, automática de la cancelamento de la cancelamento de la cancelamento, automática de la cancelamento | | | | | | |
| ITBI, Cadastro Mercantill, ISSQN, Fiscalização de empresas, Nota Fiscal avulas e or-Incellictávinos, Gerenciamento de diversos tipos de alvarás e certidões. Emissão de DAM (Documento de Arrecadação Municipa) para qualquer receita i Disponibilização de diversos relatórios gerenciais e administrativos; Consulta direta é Receita Federal para oblenção de dados de empresa e atividades conforme CNAE e volve for separado de dados de empresa e atividades conforme CNAE e volve for separado de poletos com pagamento via código de baras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meto de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Control via código de baras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meto de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Control de cassos de usuários por porfit. Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de audiona: Integração com solvave de Mota Fiscal Editórica (se-Nota Fiscal de Serviço Eletitoria, Ce-Nota Fiscal Ce-Nota Fiscal de Serviço Eletitoria, Ce-Nota Fiscal Ce-Nota Fiscal de Serviço Eletitoria, Ce-Nota Fiscal Ce- | | | | | | |
| Fiscal avulsa e on-line(Eletřonica). Gerenciamento de diversos tipos de alvarás e certidose. Emisado de DAM (Documento de Arreadação Municipal) para qualquer recelta. Disponibilização de diversos relatórios gerenciais e administrativos. Consulta direta à Recelta Federal para oblenção de datos de empresa e atividades conforme CNAE e CNPJ fementodos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Altiva. Certidos web. Por miso de integração com o potrati do contributine. Envio de provincia de contributine. Envio de provincia de contributine. Envio de contributio de provincia de contributio de cont | 1 | funcionalidades: controle dos seguintes itens: IPTU, Dívida Ativa, | | } | 1 | |
| de alvarás e certidões. Émissão de DAM (Documento de Arrecadação Municipa) para qualquer receita i Dispinbilitização de diversos relatórios gerenciais e administrativos; Consulta direta à Receita Federal para obtenção de dados de ampresa e atividades conforme CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para : PIVI, Divida Altiva. Certidões de CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para : PIVI, Divida Altiva. Certidões de CNAE e CNPJ fornecidos in completa de comple | | ITBI, Cadastro Mercantil, ISSQN, Fiscalização de empresas, Notal | | | | |
| de alvarás e certidões. Émissão de DAM (Documento de Arrecadação Municipa) para qualquer receita i Dispinbilitização de diversos relatórios gerenciais e administrativos; Consulta direta à Receita Federal para obtenção de dados de ampresa e atividades conforme CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para : PIVI, Divida Altiva. Certidões de CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para : PIVI, Divida Altiva. Certidões de CNAE e CNPJ fornecidos in completa de comple | | Fiscal avulsa e on-line(Eletrônica). Gerenciamento de diversos tipos | | | | |
| Munticipal) para qualquar recelta; Disponibilização de diversos relatórios gerenciais a exiministrativos; Consulta direta à Recelta Federal para othenção de datos da empresa e atividades conforme CNAE e CNPJ formecidos. Sistema de backup de segurança suformatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Aliva. Certidos web: Por mio dis integração com o potral de contributine. Envio facilitado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para; Carração de bibeleo com pagamento via ocidigo de barras ou PIX. Servição de bibeleo com pagamento via ocidigo de barras ou PIX. Disposado de bibeleo com pagamento via ocidigo de barras ou PIX. Disposado de bibeleo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletônica (e-Nota Fiscal Eletônica). Sistema de notas fiscal Eletônica (e-Nota Fiscal Eletônica). Sistema de notas fiscal eletônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ABRAS). Geração e disponibilização de XML e PDF das notas fiscal pela internet. Disponibilização de intripolido de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cornedamento, substitução e curta de corregorão e NFS-e. Emissão de Notas Via verbaernice, para de API ou certificado digital. Documentação lécnica com exemplos de requisições e estrutura de dados un exemplos de requisições e estrutura de dados la comparada de API ou certificado digital. Documentação lécnica com exemplos de requisições e estrutura de dados para sistementa de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para stander à demandas operacionais, legais, técnicas e de transparância da administrativa pública. Permitindo e execução de todas as atividades contábeis, orgamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscale a diministrativa de forma certarizada, pespelando a individualidade de de gração e poderes — com pastiveis pelas legistofes que regom a contabilidade pública, emisidade e ministrativa e form | | | | | | |
| relatórios gerenciais e administrativos; Consulta direta à Receita Federal para ottenção de dados da empresa e atividades conforme CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança automatizado. Emissão de guisa para: IPTU, Divida Ativa. Certiddes web; Por melo de integração com o portal do contribuinte. Envio facilitado de guisa de IPTU por e-mell. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Bibas automática dos recobimentos por meio de arquivos de retorno benefito de qualquer barno. Controle de acesso de usualitos por bancário de qualquer barno. Controle de acesso de usualitos por bancário de qualquer barno. Controle de acesso de usualitos por bancário de qualquer barno. Controle de acesso de usualitos por bancário de qualquer barno. Controle de acesso de usualitos por de la controla integração com software de Nota Fiscal Eletrónica), Sistema de notas fiscals eletrônicas, Emissão de hota en para acesso direto à notas fiscals. Enrissão de nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pola internet. Disponibilização de INK público de consulta da NFS-a, permitindo a varificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionelidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webererice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação fécnica com extemplos de requisições e estrutura de dados. 3 Sistema contabilidade integrado a oportal de transparência — O sistema contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnologicas completa, integrada e modular, concebida para respelando a individualidade de de dagos e a podras e completa de para de la completa de ser de de dada sa stividades conflabeis, orgamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, para mento que todo se registros indevidos, assegurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretizes e exigênci | 1 | | | | | 1 |
| Federal para obtenção de dados da empresa e atividades conforme CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança sutomatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Aliva. Certidões web. Por meio de integração com o portal do contribuinte. Envio facilitado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baixa automática dos recobimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Contriole de acesso de usuários por perfit. Monitoramento de atividade do usuário por meio de modulo de auditoria. Integração com soltware de Nota Fiscal Eletrônica (e-Nota Fiscal Eletrônica). Sistema de notas fiscas eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (WFS-e) conforme pardão nacional s municipal (ABRAST). Geração e disponibilização de XML e PDF de de Contração de Serviço | 1 | | | | 1 | 1 |
| CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança automatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Afriva. Certidóses web: Por meio de integração com o portal do contribuinte. Envio ficilitado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baka automática dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por mejo de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por mejo de arquivos de retorno peritir. Monitoramento de atividade de ousuário por meio de arquivos de retorno peritir. Monitoramento de atividade de ousuário por meio de arquivos de Vinte PDF de acesso de Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e desponbilização de XML e PDF das notas fiscals. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota fiscals. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota fiscals pela internet. Disponbilização de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de autemticidade e integridade da nota. Puncionalizado de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Attenticação segura via tolven, para integração com sistemas externos, Attenticação segura via tolven, para integração com sistemas externos, Attenticação segura via tolven, para integração com sistemas externos, Attenticação segura via tolven, para para externação de contrativa de dedos sistema de contrabilidade se certificate de dedos sistema de contrabilidade se defendade a porta de la certifica de | 1 | | | | 1 | 1 |
| automatizado. Emissão de guias para: IPTU, Divida Alha. Certidões web: Por meio de integração com o portal de contribuinte. Envio facililado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit. Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de auditoria. Integração com solivare de Nota Fiscal Eletrônica (e-Nota Fiscal Eletrônica), Sistema de notas fiscals celetrônicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrônica (e-Nota Fiscal Eletrônica), Sistema de notas fiscals celetrônicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrônica (e-Nota Fiscal Eletrônica), Sistema de notas fiscals: Emissão de AXML e PDF des rotas fiscals: Emissão de nota com QR Code para acesso direto de la NIS-se, perimental Disporibilização de XML e PDF des rotas fiscals: Emissão de nota com QR Code para acesso direto de NIS-se, emissão de nota com QR Code para acesso direto de NIS-se, emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos. Autertiscação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados Sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para stender às demandas operacionais, legais, têcnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contibeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contibeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forme centralizada, prespetando a individualidade de diredo financeira patra de desa de via de companda de contabilidade pública a contabilidade pública no Brasi, garantindo que todos os registos e relativos estejam em total atinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua stabele | 1 | | | 1 | 1 | 1 |
| web: Por meio de integração com o portal do contribuinte. Envio facilitado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit Mentaroremento de atividade do usuário por meio de médulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrônicas, Sistema de notas fiscals Eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de IXM e PDF das notas fiscals is. Emissão de nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de inity público de consulta da NFS-e, permitindo a venificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para litegração com sistemas externos, Autenticaçãos segura via toteno. Chava de API ou certificado digital. Documentação técnica com serumpios de requisições e estrutura de dados segura via toteno. Chava de API ou certificado digital. Documentação técnica com serumpios de requisições e estrutura de dados de la companidade de cancelamente de modular, concebida para stender as demandas internegrada e modular, concebida para stender as demandas internegrada e modular, concebida para stender as demandas internegrada e modular, concebida para destronação de contâbilidade pública e modular, concebida para de contabilidades públicas de modular, concebida para stender as demandas sequença da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretizes e exigências e exigências estabelicidas pelas e administração pública. Permitindo a execução de la contación de cont | I | CNAE e CNPJ fornecidos. Sistema de backup de segurança | | | | 1 |
| web: Por meio de integração com o portal do contribuinte. Envio facilitado de guias de IPTU por e-mail. Integração bancária para: Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit Mentaroremento de atividade do usuário por meio de médulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrônicas, Sistema de notas fiscals Eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de IXM e PDF das notas fiscals is. Emissão de nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de inity público de consulta da NFS-e, permitindo a venificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para litegração com sistemas externos, Autenticaçãos segura via toteno. Chava de API ou certificado digital. Documentação técnica com serumpios de requisições e estrutura de dados segura via toteno. Chava de API ou certificado digital. Documentação técnica com serumpios de requisições e estrutura de dados de la companidade de cancelamente de modular, concebida para stender as demandas internegrada e modular, concebida para stender as demandas internegrada e modular, concebida para stender as demandas internegrada e modular, concebida para destronação de contâbilidade pública e modular, concebida para de contabilidades públicas de modular, concebida para stender as demandas sequença da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretizes e exigências e exigências estabelicidas pelas e administração pública. Permitindo a execução de la contación de cont | | automatizado. Emissão de guias para: IPTU, Dívida Ativa, Certidões | | 1 | | ĺ |
| facilitado de guisa de IPTÚ por e-mail. Integração bancária para (Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit. Monttoramento de atividade do usuário por meio de módulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrônica (e-Nota Fiscal Eletrônica). Sistema de notas fiscalas eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrônica). Sistema de notas fiscalas income pardo nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de XMI. e PDF das notas fiscals. Emissão do nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação del Notas via webservice, para integração com sistemas extemos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com examplos de requisições e estrutura de dados sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnofogica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as a titvidades contábeis, organentárias, patrimonials, financeiras, fiscas e administrativas de forma centralizada, respetando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas elgialições que regam a contabilidade, pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estigam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais en rumicipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a informações confides e fidencia de fidencia de fidencia de fidencia de controle dos orçamentos e balanços da União, dos inform | | | | | | Í |
| Geração de boletos com pagamento via código de barras ou PIX. Baixa automática dos recebimentos por meto de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrônica (E-Nota Fiscal Eletrônica), Sistema de notas fiscals eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e desponibilização de XML e PDF das notas fiscals. Emissão da nota com QR Code para acessos direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, subsitutição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas extemos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificação digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para stender às demandas operacionais, legais, tecnicas e de transparância da administração pública. Permitindo a execução de dodas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimonials, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, - respetando a individualidade de órgãos e poderes - com rastroabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diertizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estajam em total alinhamento com os normativos federais, estaduals e municipals. Sua estrutura fógica e hacinolan deverá fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsabilidade fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsavel com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade pública no relatório responsabilos de procedimentos contribe da erogência patrimoniais e orçamentários; Manu | | | | | | l |
| Baixa automática dos recebimentos por meio de arquivos de retorno bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perfit: Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrónica, Cer-Nota Fiscal Eletrónica, Sistema de notas fiscalas Eletrónicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrónica, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrónica (NFS-e) confrome padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de XML e PDF das notas fiscalas. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de ink público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados. Sistema contabilidade integrado a portal de transparência — O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnofógica compieta, integrada e modular, concebida para sitender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábels, orgamentarias, patrimoniais, financeiras, fiscas e administraviava de forma centralizada, — respelando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às direttizes e exigências estabelecidas pelas elgialeções que regam a contabilidade pública no Brasil, garanitindo que todos os registros e relatórios estájam em total alinhamento como en ormativos federais, estaduais en rumicipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidecionidade das informações contábels e administrativas. A solução deverá ser com | } | | | | | Í |
| bancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por perifit Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de auditioria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrônica (e-Nota Fiscal Eletrônica). Sistema de notas fiscals eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ARRASF). Geração de disponibilitação de IMI, e PDF das notas fiscals. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de IMI, té PDF das notas fiscals. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota Funcionalidade de cancelamento, substituição e carria de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados sistema econtabilidade pública as er contratace deverá ser uma solução tecnológica compieta, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, respelando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de stender às diretirzes e exigências estabelecidas pelas legislações que regema contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relátivios estajam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ominisabe o propara elaboração e contribe dos orgamentos à balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federat; Lei Complementar nº 1017/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal I. RF), que disciplina a gestão fiscal escretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orgamen | 1 | | | | | 1 |
| perfit: Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de auditoria. Integração com software de Nota Fiscal Eletrônica). Sistema de notas fiscals eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal Eletrônicas, (NFS—e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de XML e PDF das notas fiscals. Emissão da nota com QR Code para acessos direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de XML e PDF das nota fiscal pela internet. Disponibilização de Init público de consulta da NFS-e. permisdo de outentidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas vis webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação 1 técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidades integrada o a portal de transparância — O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender ás demandas operacionais, legials, tecnicas e de Vransparência da administração pública. Permitindo a execução de Dodas as atividades contâbeis, orçamentarias, patirmoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respetiando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A platatorma deverá ser capaz de atender às diretiras e exégiencias estabelecidas pelas legislações que regema contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relátricos estéjam em total alinhamento com os normativos federais, estadusis e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ominisões pou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatívei com os seguintes dispositivos legals e normativos, sendo obrigatoria a aderência completa às exigências de cada um detes: Le nº 4.320/1964, que e | | | | | | |
| auditoria, Integração com software de Nota Fiscal Eletrónica (e-Nota Fiscal Eletrónica), Sistema de notas fiscals eletrónicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrónica (NIS-9-) conforme padrão nacional e municipal (ARRASF), Geração de disponibilização de XMI. e PDF das notas fiscals. Emissão da nota com CR Code para acesso direto à nota fiscal pela Internet. Disponibilização de Inti highibico de consulta da NFS-e, permitindo a varificação da suberticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via vebservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segua via token, chave de API ou certificaca digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados substituição e completa, integração completa, integração esto de transparência a daministração a oprotat de transparência a daministração pública. Permitindo a execução de transparência da administração pública. Permitindo a execução de transparência da administrativas de forma centralizada, respellando a individualidade de dragões e poderes — com rastreabilidade, seguaraça da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações eu regema conformidade legal. A plataforma deverá ser compatível com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ornissões ou registros individuais e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legals e | | pancário de qualquer banco. Controle de acesso de usuários por | | | | |
| Fiscal Eletrónica), Sistema de notas fiscais eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS—e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF), Geração e disponibilização de XML e PDF das notas fiscais. Emissão da nota com OR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de XML e PDF das nota fiscal pela internet. Disponibilização de Init público de consulta da NFS—e, permistindo a verificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS—e, Emissão de Notas vis webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados substituição de contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para alender as demandas operacionais, legials, tecnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de bodas as atividades contábeis, orçamentarias, patimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respelando a individualidade de órgãos e poderse — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A platatorma deverá ser capaz de atender às diretizas e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estadusis e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ominissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatoria a aderência completa se exigências e decad um delest. Le r.º 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de diretto financeiro para elaboração e controle dos corqamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federar, Lel Complementar nº 101/ | i | perfil: Monitoramento de atividade do usuário por meio de módulo de | | | | |
| Fiscal Eletrónica), Sistema de notas fiscais eletrônicas, Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS—e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF), Geração e disponibilização de XML e PDF das notas fiscais. Emissão da nota com OR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de XML e PDF das nota fiscal pela internet. Disponibilização de Init público de consulta da NFS—e, permistindo a verificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS—e, Emissão de Notas vis webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados substituição de contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para alender as demandas operacionais, legials, tecnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de bodas as atividades contábeis, orçamentarias, patimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respelando a individualidade de órgãos e poderse — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A platatorma deverá ser capaz de atender às diretizas e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estadusis e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ominissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatoria a aderência completa se exigências e decad um delest. Le r.º 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de diretto financeiro para elaboração e controle dos corqamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federar, Lel Complementar nº 101/ | 1 | | | | | |
| Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) conforme padrão nacional e municipal (ABRASF). Geração e disponibilização de XMI. e PDF das notas fiscales. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de unite you de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de auteriticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação fécnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de dodas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança at informaçõe o conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estadusis e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedigindade das informações contribeis e administrativas. A solução deverá ser compatível como os seguinhes dispositivos legais e normativos, sendo birigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lel p ⁴ 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municiplos e do Distrito Federal, Lel Complementar nº 1017/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco n | 1 | The table of the control of the cont | | | ļ | 1 |
| e municipal (ABRASF), Geração e disponibilização de XML e PDF das notas fiscais. Emisado da nota com QR Code para acessos direto à nota fiscal pela internet. Disponibilização de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de autentidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados. 3 Sistema contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionals, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contidebis, orçamentarias, patrimonials, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e extigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduals e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fideglindide das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais en ormativos, sendo birigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de diretio financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federat; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com Gono ne q | 1 | La company of the com | | ļ | | l |
| das notas fiscals. Emissão da nota com QR Code para acesso direto à nota fiscal pola internet. Disponibilização de unite, público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de autenticidade e integridade de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legals, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respetando a individualidade de dirgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às dientizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasali, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutra lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei 1º 4.320/1934, que estabetece da ministrativa; Lei Complementar nº 1017/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceltos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que disciplina e gestão fiscal responsável com foco no equalibrio das contas públicas; fundam elaborado pel | • | | | | | |
| à nota fiscal pela internet. Disponibilização de link público de consulta da NFS-e, permitindo a verificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência — O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas o peracionais, legais, técnicas e de transparência de administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscals e administrativas de forma centralizada, respelhando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá er capaz de atender às diretizas e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios esteljam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidediginidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1954, que estabelece as normas gerais de diretio financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrito das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elabordo pela Secretaria do Tesouro Nacio | 1 | | | | | 1 |
| da NFS-e, permitindo a verificação de autenticidade e integridade da nota. Funcionalidade de cancelamento, substitução e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estajam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a derência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1984, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscai LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (McASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos | 1 | | | | | |
| nota. Funcionalidade de cancelamento, substituição e carta de correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência – O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas o peracionais, legais, técnicas e de transparência de administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, – respeitando a individualidade de órgãos e poderes – com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade de ridedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentárias (Endero de Pedero de P | 1 | | | | | ĺ |
| correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, respetadad a individualidade de órgãos e poderes – com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender ás diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ormissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Le mº 4.320/1984, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federai; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscai LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principals demonstrativos fiscas exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução O | 1 | da NFS-e, permitindo a verificação de autenticidade e integridade da | | } | \ | 1 |
| correção de NFS-e. Emissão de Notas via webservice, para integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, respetadad a individualidade de órgãos e poderes – com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender ás diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, ormissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Le mº 4.320/1984, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscai LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principals demonstrativos fiscas exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução O | j | | | | | ł |
| integração com sistemas externos, Autenticação segura via token, chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência – O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contrabeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes – com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade itegal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lel nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerals de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscais LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscasi (MDP), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos | 1 | | | | | 1 |
| chave de API ou certificado digital. Documentação técnica com exemplos de requisições e estrutura de dados 3 Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência — O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscals e administrativas de forma centralizada, respeltando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fededignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1984, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscals (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os crité | ļ | integração com sistemas externos Autenticação segura via tokan | | 1 | | |
| 3 Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência — O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscals e administrativas de forma centralizada, respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsisténcias, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscale exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão | 1 | chave de API eu cartificade digital Desumentação técnica com | | } | 1 | |
| Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência — O sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às dermandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscals e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legistações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compativel com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1944, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado a o Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece o a procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principals demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tals como o Relatório Resumido | 1 | overmente de requisições e estratura de dedes | | | İ | |
| sistema de contabilidade pública a ser contratado deverá ser uma solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas petas legislações que regema contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de diretto financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece o s procedimentos e contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), telaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestã | <u> </u> | exempios de requisições e estrutura de dados | | | 1 | |
| solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contâbeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os destão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LRC), lates como os Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Relatório de Gestão Fiscal e lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Relatório de Gestão Fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e impõe a divulgação eletr | 3 | Sistema contabilidade integrado ao portal de transparência - O | Mês | 12 | 2.500,00 | 30,000,00 |
| atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de hodas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total allinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderância completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal ersponsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscals (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscals exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentária a gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira | | | | | | |
| atender às demandas operacionais, legais, técnicas e de transparência da administração pública. Permitindo a execução de hodas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total allinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderância completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal ersponsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscals (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscals exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentária a gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira | | solução tecnológica completa, integrada e modular, concebida para | | | | |
| transparência da administração pública. Permitindo a execução de todas as atividades contábeis, orçamentárias, patrimoniais, financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federai; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Pípicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tasis como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Relatório Gestáo Fiscai (RGF) e a lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução Orçamentária e financeira, em tempo reat; | | | | | | |
| inanceiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas petas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscale impõe a divulgação dos principais dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | | | | | | |
| financeiras, fiscais e administrativas de forma centralizada, — respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federai; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos princípais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução o orgamentária e financeira, em tempo reat; | | | | | | |
| respeitando a individualidade de órgãos e poderes — com rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e extgências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municíplos e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | | | | | | l |
| rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1954, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaría do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaría do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | | | | | | |
| plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | | respeitando a individualidade de órgãos e poderes - com | | | | |
| plataforma deverá ser capaz de atender às diretrizes e exigências estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | 1 | rastreabilidade, segurança da informação e conformidade legal. A | | | | 1 |
| estabelecidas pelas legislações que regem a contabilidade pública no Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LFP, que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | J | | | | | 1 |
| Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | ì | | | | | 1 |
| alinhamento com os normativos federais, estaduais e municipais. Sua estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | 1 | Brasil, garantindo que todos os registros e relatórios estejam em total | | 1 | 1 | 1 |
| estrutura lógica e funcional deverá impedir inconsistências, omissões ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | ļ | alinhamento com os normativos federais petaduais a municipais. Sua | | 1 | Į. | |
| ou registros indevidos, assegurando a integridade e fidedignidade das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | ŀ | | | | I | 1 |
| das informações contábeis e administrativas. A solução deverá ser compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentários (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | Ī | | | 1 | 1 | 1 |
| compatível com os seguintes dispositivos legais e normativos, sendo obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | ļ | | | | | l |
| obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | 1 | uas informações contabeis e administrativas. A solução deverá ser | | | | 1 |
| obrigatória a aderência completa às exigências de cada um deles: Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | 1 | | | | 1 | 1 |
| nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilíbrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo reat; | } | | | | 1 | 1 |
| para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilíbrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | | 1 |
| Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilibrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | } | | | | 1 | 1 |
| 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF), que disciplina a gestão fiscal responsável com foco no equilíbrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | i | | | | 1 | 1 |
| gestão fiscal responsável com foco no equilíbrio das contas públicas; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | 101/2000 /l ei de Responsabilidado Fiscal - LBEV que disciplina | | | | 1 |
| Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | | | | 1 | | İ |
| elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | 1 | | İ |
| estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | | ivianual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), | | | | 1 |
| orçamentários; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), também elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | 1 | | İ |
| elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | | 1 |
| elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), instrumento normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | 1 | 1 |
| normativo fundamental que estabelece os modelos, os conceitos, as regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | | 1 |
| regras de elaboração e os critérios de validação dos principais demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | normativo fundamental que estabelece de modeles de conscitent de | | | | ĺ |
| demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | | 1 |
| (LRF), tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | | ! |
| (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; |] | | | 1 | | 1 |
| Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | | J | 1 |
| Orçamentárias (LDO). Lei Complementar nº 131/2009, que trata da transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | i | | | [| 1 | 1 |
| transparência na gestão fiscal e impõe a divulgação eletrônica dos da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | Į | | 1 |
| dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | 1 | | | 1 | | 1 |
| Normas técnicas, operacionais e de envio eletrônico de dados | | transnarência na destân fiscal o impão o digulaçõe eletrênico dest | | i | | 1 |
| promias techicas, operacionais e de envio eletronico de dados | | | | | | |
| | | dados da execução orçamentária e financeira, em tempo real; | | | | |

exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) conforme os padrões locais, leiautes definidos e sistemas de auditoria digital adotados. A solução contratada deverá ter capacidade para processar grandes volumes de dados, garantir estabilidade, oferecer mecanismos de auditoria interna e gerar todos os relatórios obrigatórios e gerenciais de maneira automatizada e em formatos exigidos pelos órgãos de fiscalização. Deverá ainda ser dotada de mecanismos de segurança robustos, com controle de acessos por perfil, trilhas de auditoria, histórico de alterações e backups automatizados. Também é imprescindível que a solução ofereça integração com outros sistemas da administração pública, como folha de pagamento, sistema de licitação, tesouraria e controle patrimonial. A estrutura modular e escalável do sistema deverá permitir sua expansão e adequação continua, acompanhando a evolução das normativas legais, exigências dos órgãos de controle e necessidades específicas do ente contratante. Dentre as exigências mínimas o sistema deverá conter: 1 Módulo de Contabilidade Pública; Atendimento ao Decreto nº 10.540/2020 (SIAFIC), obeservando: Banco Único (sem a necessidade de intervenção humana para consolidação); Integração com sistemas estruturantes; Garantia de autonomia entre Órgãos/Poderes; Geração automática de ançamentos contábeis a partir das operações orçamentárias e financeiras. Lançamentos manuais para eventos específicos. Geração da Matriz de Saldos Contábeis no formato csv (MSC). Geração de arquivos XBRL para o SICONFI (RREO, RGF, DCA, MSC). Geração de arquivos para EFD-Reinf. Geração dos arquivos TCEPB (diario e mensal). Declaração de Contas para Sagres Anuais (DCA) conforme padrão da STN. Controle de Divida Ativa e Fundada do Município. Controle de movimentações por Fonte de Destinação de Recursos. Acompanhamento dos limites legais constitucionais (saúde, educação, pessoal). Atendimento completo à legislação contábil vigente: Lei 4.320/1964; Lei Complementar 101/2000 (LRF); Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP); Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência); Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS); Instruções e Procedimentos Contábeis (IPC). 2 – Módulo de Controle Orçamentário, Elaboração, execução e acompanhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO). Registro e acompanhamento de empenhos, liquidações e pagamentos. Empenho em Lote. Filtro especificado pelo usuário para emissão de relação de Empenhos, Liquidações, Pagamentos e Receitas Orçamentárias. Controle de créditos adicionais, remanejamento, transferência e transposição. Relatórios gerenciais e oficiais com filtros personalizados. Exportação de dados orçamentários para sistemas externos (SINCONFI/STN). 3 Módulo de Controle Extraorçamentário, Receita e Despesa independente da execução orçamentária; Controle de restos a pagar; Controle de retenções. 4 – Módulo de Controle Financeiro, Integração bancária via API com o Banco do Brasil para importação de extratos e conciliações automáticas; Registro detalhado da movimentação financeira: receitas, despesas, transferências, aplicações. pagamentos e retenções; Relatórios específicos para conferência e controle; Controle da ordem cronológica de Pagamentos Art. 141 Lei 14.133/21. 5 – Módulo de Controle Fiscal, Geração e emissão dos principais relatórios fiscais; RGF (Relatório de Gestão Fiscal); RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária); Atualização automática conforme alterações na legislação fiscal. 6 - Módulo de Integração com Sistema de Folha de Pagamento, Integração automática: Importação de dados da folha de pagamento; Geração automática dos respectivos empenhos vinculados à folha. 7 – Módulo de Integração com Sistema de Licitação, Registro automatizado das Licitações e Contratos realizados pelo sistema de Licitação. 8 -Módulo de Integração com Sistema de Tributos, Registro automatizado da arrecadação tributária realizado pelo sistema de tributos; Registro automatizado do controle da Dívida Ativa. 9 -Módulo de Integração com Sistema de Controle de Bens (Patrimonio) Registro automatizado de bens realizado pelo sistema de Patrimônio contendo minimamente: Depreciação, Reavaliação, Baixa de bens. 10 - Módulo de Integração com Sistema de Tesouraria, Exportação de arquivos para geração da EFD-Reinf. 11 - Módulo de Comunicação com Órgãos de Controle, API de comunicação direta com o TCE (Tribunal de Contas do Estado), permitindo o envio automatizado de dados e verificações de consistência diarias sobre: Empenhos e estornos; Liquidações e estornos; Pagamentos e estornos; Retenções e estornos de retenções; orçamentárias. 12 - Módulo de Transparência Pública, Geração automática de dados contábeis para o Portal da Transparência; Disponibilização de informações sobre receitas, despesas, pessoal e contratos, conforme exigências da LC 131/2009; Interface pública intuitiva, responsiva e de fácil navegação. 13 – Módulo de Segurança e Controle de Acesso, Sistema com controle de acesso baseado em perfis de usuário. Registro de logs de acesso e operações realizadas: Backup automatizado com política de retenção conforme exigência do órgão contratante; Adaptação rápida às mudanças de normas

| | | | | | 11 | 11 |
|--------|--|-----|----------------|----------|-----------|----|
| | governamentais e customização conforme necessidade do ente | | | | |] |
| | público. Contabilidade Integrada ao - Portal da Transparência (Transparência) Garantir o acesso à informação pública de forma | | | | | |
| | clara, acessível e segura. A plataforma integra dados provenientes de | | | | | |
| | diversos sistemas, como os softwares de contabilidade, folha de | | | | | |
| 1 | pagamento e controle de frota de veículos, e licitação, centralizando | | (| | | |
| | todas essas informações em um ambiente único e de fácil navegação. Permitir o gerenciamento de contracheques online por meio de um | | 1 | | | |
| | portal exclusivo para os servidores públicos, onde cada colaborador | | 1 | | | l |
| | pode acessar seus demonstrativos de pagamento de forma segura e | | | | | l |
| } | confidencial. Modulo Dados abertos e API, Para a população, o portal | | | ' | · | 1 |
| 1 | necessita disponibilizar dados atualizados sobre despesas, receitas, | | | | | |
| | contratos, veículos oficiais, estrutura organizacional, salários e outros indicadores financeiros, promovendo a transparência dos atos | | | | | l |
| | administrativos e o controle social. O sistema deve ser desenvolvido | | | | | |
| | com foco na usabilidade, segurança da informação e adequação às | | | | | |
| | normas de transparência pública, sendo uma ferramenta essencial para o fortalecimento da gestão pública participativa e responsável. | | | | | |
| 4 | Sistema gestão fiscal – Sistema EFD Reinf –Gestão Fiscal, sistema | Mês | 12 | 1.000,00 | 12.000,00 | |
| | que trabalha integrado ao sistema de contabilidade, para o envio das | | '- | 7.555,55 | 72.000,00 | 1 |
| | informações EFD-Reinf, das retenções previdenciárias e IRRF, | | | | | |
| | conforme IN 1234/2012, atualizada pela 2043/2021. | | Total do Latar | L | 04 200 00 | |
| | | | Total do Lote: | | 91.200,00 | 1 |
| | ? – GESTÃO DE LICITAÇÕES E FROTAS | | ·· | | | 1 |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO ITEM | | QUANTIDADE | | P. TOTAL | |
| 5 | Contratação de um sistema informatizado (software) para gestão de licitações e contratos administrativos, destinado ao uso do agente de | | 12 | 1.500,00 | 18.000,00 | 1 |
| | contratação, pregoeiro e equipe de apoio, que atenda plenamente à | | 1 | | | |
| | Lei Federal nº 14.133/2021, seus regulamentos e as normas emitidas | |] | | | |
| Ì | pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, possibilitando a | | 1 | | | |
| | condução de processos licitatórios em todas as modalidades previstas. Justificativa, A contratação de um sistema de licitações e | | İ | | | |
| Į. | contratos se fundamenta na necessidade de assegurar a eficiência, | | | | | l |
| | legalidade e transparência dos processos administrativos, alinhando- | | | | | 1 |
| ; | os à legislação vigente e aprimorando a gestão pública por meio da | | | | | l |
| | digitalização e automação das etapas do processo licitatório. Especificações Técnicas e Requisitos Mínimos. Funcionalidades | | | | | |
| | Gerais, – Interface amigável e intuitiva, acessível por dispositivo tipo | | | | | 1 |
| | desktop. – Atualizações automáticas e simultâneas com as alterações | | | | | |
| ł | legislativas aplicáveis à Lei 14.133/2021 e demais normas | | İ | | | |
| j | pertinentes, incluindo normativas estadual do Tribunais de Contas dos Estados Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte. | | 1 | | | |
| | Compatibilidade com bancos de dados SQL, com opções de | | 1 | | | |
| | instalação em servidor local, conforme política de segurança da | | | | | ł |
| | informação do órgão Emissão de documentos e elementos | | | | | l |
| | previstos nas normas aplicativas, em todas as fases da licitação, com opções para personalização de textos e inserção de brasões oficiais. | | | | | |
| | Requisitos de Funcionalidades Específicas, - Modalidades de | | | | | |
| I | Licitação: Compatível com todas as modalidades previstas pela Lei | | 1 | | | |
| | nº 14.133/2021, como concorrência, pregão, concurso, e outras, bem | | | | | |
| | como com os procedimentos auxiliares de contratação direta, de modo eletrônico e presencial. – Acompanhamento e Relatórios: | | | | | |
| | Geração de listas e relatórios de acompanhamento de processos | |] | | | |
| 1 | ficitatórios em andamento, finalizados e com contratos a vencer, com | | | | | l |
| | possibilidade de filtragem e exportação de dados para controle e auditoria. – Integrações: – Portal Nacional de Contratações Públicas | | | | | |
| | (PNCP): Integração nativa para envio e atualização automática de | | | | | |
| | dados Portal de Transparência Municipal: Integração com o portal | | | | | |
| 1 | da transparência do município, facilitando o cumprimento dos | | | | | 1 |
| | requisitos de publicidade e acesso à informação. — Plataformas de Licitações Eletrônicas: Compatível com integração em plataformas | | | | | |
| | como Bolsa de Licitações, Banco Nacional de Compras (BNC), portal | | | | | |
| 1 | de Compras Públicas, BR Conectado e outras plataformas utilizadas | | | | | |
| İ | pelo município realizador do certame. Requisitos para o Agente de | | 1 | | | |
| | Contratação — Planejamento de Processos: Módulo para planejamento, cronogramas, criação de termos de referência e | | | | | |
| 1 | editais, além de geração automática de documentos Análise e | | | - | | - |
| | Gerenciamento de Participantes: Ferramentas para o registro, | | | | | |
| ļ | acompanhamento e análise de documentação dos participantes, | | | | | ł |
| | incluindo notificações de alterações, impugnações e recursos — Emissão de Relatórios e Documentos: Possibilidade de emitir | | | | | |
| | relatórios e pareceres em cada fase, (Opcional: com assinatura digital | | | | | |
| | compatível com ICP-Brasil). Requisitos para o Pregoeiro - | | | | | |
| | Gerenciamento de Pregão Eletrônico: Interface de condução de pregões com atualização em tempo real de lances e propostas, | | | | | ļ |
| | emissão de atas e outros documentos necessários. – Documentação | | | | | - |
| | e Habilitação: Ferramentas para análise de propostas e documentos | | 1 | | | |
| | de habilitação, com importação de arquivo planilha/proposta de | | | | | 1 |
| 1 | preços, armazenamento e controle de acesso seguro para dados. Requisitos de Segurança e Conformidade – Controle de Acesso: | | | | | |
| | Autenticação e configuração dos perfis de usuários diferenciados. — | | | | | |
| | Criptografia de Dados: Criptografia para documentos confidenciais, | | | | | |
| Ī | com políticas de backup e recuperação. Critérios de Aceitação - | | | l i | | 1 |

| | Avaliação da conformidade com as especificações e testes de integração com sistemas externos e o PNCP — Testes de funcionalidade, segurança e adequação às normas. Serviços Complementares, Instalação, O fornecedor deverão realizar a instalação do sistema, adequando—o aos requisitos de segurança e infraestrutura do órgão. Treinamento, Fornecimento de treinamento inicial para todos os usuários, com materiais de apoio e apostilas, contemplando as funções e procedimentos operacionais do sistema. Suporte Operacional e Canal de Chamados — Suporte Técnico: Atendimento horário comercial (8hs/5dias/Semana) para resolução de problemas operacionais e dúvidas. — Canal de Chamado Eletrônico (Ticket): Disponibilização de um canal de chamado eletrônico 24/7, com sistema de tickets para registro, acompanhamento e resolução de demandas de suporte técnico. Vigência do Contrato e Garantias— O contrato deverá cobrir o período mínimo de 12 meses, com renovação automática, incluindo suporte para atualizações e manutenções conforme novas legislações e | | | | |
|-------------|---|-----|------------------|------------------------|-----------------------|
| 6 | normativas. Locação de sistema de Controle de Combustíveis — Cadastro detalhado de motoristas, com informações alinhadas ao padrão, nome, telefone, CNH, vencimento da CNH, pontuação e categoria. Registro e gestão de fornecedores de acordo com as diretrizes estabelecidas nas configurações. Permite o cadastro e gerenciamento de postos de combustíveis, incluindo validação de vefculos disponíveis, acompanhamento e registro de informações conforme o padrão da tabela disponibilizada pelo TCE-PB para o layout do SAGRES. Registro de percursos e viagens realizadas pelos veículos da frota, registro detalhado dos abastecimentos, incluindo data, hora, veículo, motorista, quantidade de combustível, km inicial e final e demais informações, não deixando validar a Ordem de abastecimento a maior do que foi autorizado, associar abastecimentos a centros de custo específicos, como Secretarias e Programas, programação de manutenções preventivas e corretivas, com acompanhamento do histórico e controle de peças utilizadas, Módulo específico para postos de combustíveis, incluindo validação de ordens por QRCode conforme padrões estabelecidos no momento da Instalação e treinamento. | | 12 | 1.000,00 | 12.000,00 |
| | | | Total do Lote: | | 30.000,00 |
| | | - | 1 | 1 | , |
| 3 - LOTE 03 | - GESTÃO DE SAÚDE E INFORMAÇÕES FISCAIS | , | | | |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO ITEM | | QUANTIDADE | | P. TOTAL |
| | | Mês | | P.UNITÁRIO 1.000,00 | |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO ITEM Locação Licença de Uso SISTEMA DE CONTROLE DE FARMÁCIA O sistema de Farmácia, tem como finalidade principal controle de saídas e entradas de medicamentos, registrando informações sobre os produtos, notas fiscais, lotes e datas de vencimento, além do gerenclamento de cadastros de medicamentos, pacientes, fornecedores e profissionais. Listagem de Alertas Informações de Estoque, Registra entradas de medicamentos Com informações sobre nota fiscal, valores unitários, lotes, fornecedor e vencimento, Cadastra a saída para um determinado paciente, gravando a data, profissional e receita da medicação; Possibilidade de apenas reservar o medicamento; Registro do histórico de saídas do paciente e geração de alertas, Registra saídas para setores da entidade. Para tramitações internas de produtos. Consulta as saídas por Paciente, Produto, Lote e Situação. Cadastro Gerencia o cadastro de farmácias. Gerencia o cadastro de fornecedores. Gerencia o cadastro de medicamentos; Importação via CSV; Consulta por NCM, Código de Barras, Descrição e Grupo. Gerencia o cadastro de profissionais; Consulta por Nome e Registro; Criação de acesso contextualizado. Registro de Usuário contextualizado e com defini ão de erfil; Exibe a listagem dos Usuários com informações de identificação. Registro e listagem de atendimentos de internação (AIH). Gerencia o cadastro de grupos de produtos. Gerencia o cadastro de tipos de atendimentos e exames. Gerenciamento das informações e configurações da Entidade. Função para alterar / resetar a senha do usuário da sessão. Exibe as informações sobre o versionamento da aplicação e suas atualizações. Envio dos arquivos TXT no layout exigido pelo TCE. Consulta de informações nas tabelas de registros Sistema gestão fiscal — Sistema EFD Reinf —Gestão Fiscal, sistema que trabalha integrado ao sistema de contabilidade, para o envio das | Mês | QUANTIDADE | | P. TOTAL |
| T T | DESCRIÇÃO DO ITEM Locação Licença de Uso SISTEMA DE CONTROLE DE FARMÁCIA O sistema de Farmácia, tem como finalidade principal controle de saídas e entradas de medicamentos, registrando informações sobre os produtos, notas fiscais, lotes e datas de vencimento, além do gerenclamento de cadastros de medicamentos, pacientes, fornecedores e profissionais. Listagem de Alertas Informações de Estoque, Registra entradas de medicamentos Com informações sobre nota fiscal, valores unitários, lotes, fornecedor e vencimento, Cadastra a saída para um determinado paciente, gravando a data, profissional e receita da medicação; Possibilidade de apenas reservar o medicamento; Registro do histórico de saídas do paciente e geração de alertas, Registra saídas para setores da entidade. Para tramitações internas de produtos. Consulta as saídas por Paciente, Produto, Lote e Situação. Cadastro Gerencia o cadastro de farmáclas. Gerencia o cadastro de fornecedores. Gerencia o cadastro de medicamentos; Importação via CSV; Consulta por NCM, Código de Barras, Descrição e Grupo. Gerencia o cadastro de profissionais; Consulta por Nome e Registro; Criação de acesso contextualizado. Registro de Usuário contextualizado e com defini ão de erfil; Exibe a listagem dos Usuários com informações de identificação. Registro e listagem de atendimentos de internação (AIH). Gerencia o cadastro de grupos de produtos. Gerencia o cadastro de tipos de atendimentos e exames. Gerenciamento das informações e configurações da Entidade. Função para alterar / resetar a senha do usuário da sessão. Exibe as informações sobre o versionamento da aplicação e suas atualizações. Envio dos arquivos TXT no layout exigido pelo TCE. Consulta de Informações nas tabelas de registros | Mês | QUANTIDADE 12 | 1.000,00 | P. TOTAL 12.000,00 |
| T T | DESCRIÇÃO DO ITEM Locação Licença de Uso SISTEMA DE CONTROLE DE FARMÁCIA O sistema de Farmácia, tem como finalidade principal controle de saídas e entradas de medicamentos, registrando informações sobre os produtos, notas fiscais, lotes e datas de vencimento, além do gerenciamento de cadastros de medicamentos, pacientes, fornecedores e profissionais. Listagem de Alertas Informações de Estoque, Registra entradas de medicamentos Com informações sobre nota fiscal, valores unitários, lotes, fornecedor e vencimento, Cadastra a saída para um determinado paciente, gravando a data, profissional e receita da medicação; Possibilidade de apenas reservar o medicamento; Registro do histórico de saídas do paciente e geração de alertas, Registra saídas para setores da entidade. Para tramitações internas de produtos. Consulta as saídas por Paciente, Produto, Lote e Situação. Cadastro Gerencia o cadastro de farmácias. Gerencia o cadastro de fornecedores. Gerencia o cadastro de medicamentos; Importação via CSV; Consulta por NCM, Código de Barras, Descrição e Grupo. Gerencia o cadastro de profissionais; Consulta por Nome e Registro; Criação de acesso contextualizado. Registro de Usuário contextualizado e com defini á de erfil; Exibe a listagem dos Usuários com informações de identificação. Registro e listagem de atendimentos de internação (AIH). Gerencia o cadastro de grupos de produtos. Gerencia o cadastro de tipos de atendimentos e exames. Gerenciamento das informações e configurações da Entidade. Função para alterar / resetar a senha do usuário da sessão. Exibe as informações sobre o versionamento da aplicação e suas atualizações. Envio dos arquivos TXT no layout exigido pelo TCE. Consulta de informações nas tabelas de registros Sistema gestão fiscal — Sistema EFD Reinf —Gestão Fiscal, sistema que trabalha integrado ao sistema de contabilidade, para o envio das informações EFD—Reinf, das retenções previdenciárias e IRRF, | Mês | QUANTIDADE 12 | 1.000,00 | P. TOTAL 12.000,00 |

Avaliação da conformidade com as especificações e testes de

3.0.DO VALOR
3.1.O valor total é equivalente a R\$ 141.000,00.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: Imediato

Conclusão: 12 (doze) meses

- 4.2.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.
- 4.3.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
- 4.4.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 4.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 4.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.10.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- 4.11.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico—financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.
- 4.12.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

Marcação - PB, 29 de Julho de 2025.

Danif Duent Aws
DANIEL DUARTE ALVES
Secretário de Administração